

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS NASCIMENTOS DE FILHOS DE MÃES ADOLESCENTES EM PERNAMBUCO NO PERÍODO DE 2012 A 2022

Introdução: A Organização Mundial de Saúde considera a gravidez em adolescentes como de alto risco, trazendo prejuízos psicológicos e físicos para as mães e os recém-nascidos, principalmente considerando fatores como condições socioeconômicas inadequadas, baixo suporte familiar e precariedade do acompanhamento pré-natal. Assim, é essencial a análise do perfil epidemiológico das gestações e nascimentos de filhos de mães adolescentes. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico dos nascimentos de filhos das gestantes adolescentes em Pernambuco, de 2012 a 2022. **Método:** Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e observacional, utilizando dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), sobre as gestações em mulheres de 10 a 19 anos, em Pernambuco, entre 2012 e 2022. A análise estatística foi realizada no programa R. Conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, o estudo dispensa a apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** No período avaliado, foram registrados 282.002 nascimentos de filhos de mulheres entre 10 e 19 anos, sendo 95,0% na segunda metade da adolescência. A região Metropolitana apresentou o maior número de casos (55,4%), seguida do Agreste (20,9%), Vale do São Francisco e Araripe (13,9%) e Sertão (9,9%). A I Geres abrangeu 37,4% das ocorrências, em contraste com a VII Geres, que apresentou apenas 1,8% dos casos. Evidenciou-se que a maioria das gestantes era solteira (66,0%), parda (79,0%) e tinha de 8 a 11 anos de escolaridade (60,4%). Além disso, 23,4% das grávidas não realizaram o pré-natal adequadamente. Além disso, 1,0% dos recém-nascidos tinham alguma anomalia congênita, sendo mais comum as deformidades do aparelho osteomuscular, com 0,3%. **Conclusões:** Os nascimentos de filhos de mães adolescentes envolveram mais mulheres entre 15 e 19 anos, solteiras, pardas, com o ensino médio incompleto e residentes da Região Metropolitana. Assim, para reduzir a ocorrência desses eventos, é necessário estabelecer políticas públicas de prevenção à gravidez na adolescência direcionadas aos grupos de maior vulnerabilidade, trabalhando temas como planejamento familiar nas escolas e unidades de saúde através de rodas de conversa e oficinas que ofereçam orientações adequadas e permitam a efetiva participação dos jovens.

Palavras-chave: Adolescência. Epidemiologia. Gravidez. Saúde Pública.